



GT 053. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Patricia Silva Osorio (UFMT) - Coordenador/a, Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - Debatador/a, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) - Debatador/a

Nos anos 2000, as políticas de promoção do patrimônio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrimônio, como os chamados detentores, bem como a ampliação da participação dos antropólogos nessas esferas. Várias práticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrimônio nacional e se beneficiaram de recursos públicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudança política ocorrida em 2016 e com o aumento das forças conservadoras, vários programas de democratização do patrimônio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Além disso, setores conservadores começaram a atuar mais diretamente nas práticas patrimoniais, gerando inúmeros impactos. Nesse contexto, no âmbito das atividades propostas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes questões: quais os impactos das novas políticas patrimoniais e do aumento das forças conservadoras nas diferentes situações etnográficas e na atuação dos órgãos públicos voltados para o patrimônio? Quais os desdobramentos dessas novas políticas na própria pesquisa antropológica? Qual o papel do antropólogo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflexão para as diversas formas de atuação dos antropólogos, o GT se propõe a acolher trabalhos tanto dos que estão inseridos na academia quanto os dos que atuam em órgãos governamentais.

Reconhecimento tardio: a história de patrimonialização de terreiros de candomblé através do IPAC

Autoria: Gilda Conceição Silva

Nesse artigo objetivei apresentar um breve histórico da política pública de patrimonialização dos terreiros de candomblé de Salvador desenvolvida no âmbito do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA). Para atingir esse objetivo segui algumas etapas: apresentarei um breve histórico de criação e funcionamento do IPAC a fim de evidenciar como o órgão de patrimônio desenvolve sua Política Pública de Patrimonialização, principalmente quando voltada para a defesa dos territórios religiosos de candomblé; mostrei também como o Instituto funciona, em termos administrativos/ burocráticos, evidenciando sua relação com os Detentores dos bens culturais patrimonializados e/ ou em processo de patrimonialização e deles com os Agentes Públicos que atuam no IPAC, evidenciando que embora tenha havido um estreitamento na relação entre Estado e Povos de terreiro a relação aí estabelecida é pautada em poder/ saber que exclui e mantém lógicas burocráticas estatais já consolidadas; por fim, mostrei como ocorre a abertura de Processo para reconhecimento e salvaguarda de terreiros. Ao apresentar a história de patrimonialização de terreiros e candomblé pelo IPAC, interessava-me entre outras coisas em mostrar: como surgiu o interesse por essa Política Pública, quem tem direito a obtê-la, quais terreiros mais acessam a Política, quais as etapas pelas quais os Processos passam, quem analisa os pedidos, quem faz os estudos etnográficos e históricos dos Bens Culturais. Diria que busquei fazer uma espécie de vida social do Instituto de patrimonialização. Ao fim, objetivei compreender a lógica que envolveu o reconhecimento dos territórios religiosos de matriz africana já salvaguardados pelo governo do estado e as relações sociais envolvidas nesse processo.



[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

